



Anais da Assembléia

Nº 104

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 04 DE OUTUBRO DE 1988

ANO XIV

8.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 81.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE OUTUBRO DE 1988
TERÇA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e Nilton Barbosa.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Caranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zamusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Brondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pesutti, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quilse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valdeir Mendes Vilela e Werner Wanderer (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 443

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de discussão e preferência de vo-

tação ao Projeto de Lei nº 262/88, oriundo da Mensagem Governamental nº 103/88.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

(a) ARTAGÃO DE MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO Nº 462

Senhor Presidente.

O Deputado que este subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de pesar pelo falecimento de OSVALDO ARIETA NEGRÃO, aos seus familiares.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

(a) DIRCEU MANFRINATO

REQUERIMENTO Nº 444

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subcreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de regozijo pela passagem do "Dia Nacional do Vereador", no dia 01 de Outubro.

Outrossim, pede-se que seja dada a devida ciência ao Presidente da Câmara Municipal de: Curitiba, Altamira do Paraná, Antonina, Guarapuava, Inácio Martins, Irati, Laranjeiras do Sul, Londrê, Palmital, Pitanga, Pinhão, Prudentópolis, Rebouças, São João do Ivaí, Teixeira Soares e Turvo, bem como à AVALÉ-Associação dos Vereadores do Vale do Ivaí.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 446

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de regozijo pela passagem do "Dia da Secretária", no dia 30 de Setembro.

Outrossim, pede-se que seja dada a devida ciência à Associação das Secretárias do Estado.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO Nº 447

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, voto de regozijo pela passagem do "Dia do Representante Comercial", ocorrido em 01 de Outubro.

Outrossim, pede-se que seja dada a devida ciência ao Conselho dos Representantes Comerciais do Estado.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 449

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvir o magnânimo Plenário, seja inserido nos Anais desta histórica sessão, votos de regozijo pelo Setuagésimo Sexto Aniversário de Fundação da gloriosa Corporação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de nosso Estado.

São 76 anos de serviços prestados à comunidade, nas situações das mais adversas, enfrentando perigos a todo momento, demonstrando excelente preparo físico e psicológico, disciplina e altruísmo imensuráveis.

Uma vez aprovado, que se dê ciência ao Ilustríssimo Senhor Comandante Cel. QOBM MIGUEL ARCANJO CAPRIOTTI, extensivo a toda Corporação.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

REQUERIMENTO N° 451

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, e com inserção em Ata dos trabalhos da presente sessão, de voto de regozijo pela passagem do "Dia Nacional do Vereador", comemorado no dia 01 de Outubro.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

(a) ORLANDO PESSUTI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 284/88
Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica extinta a Secretaria de Segurança Pública, do Estado do Paraná.

Art. 2° - Cria a Secretaria de Polícia Militar e Secretaria de Polícia Civil.

Parágrafo Primeiro: O orçamento da extinta Secretaria de Segurança Pública, será alocado entre as duas Secretarias criadas pela presente lei, sendo redistribuído de acordo com a especificidade de cada uma.

Parágrafo Segundo: O titular da Secretaria de Polícia Militar, exercerá cumulativamente o cargo de Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná.

Parágrafo Terceiro: O titular da Secretaria de Polícia Civil, exercerá também cumulativamente o cargo de Comandante Geral da Polícia Civil.

Art. 3° - O Poder Executivo, regulamentará esta lei através de Decreto Governamental, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de sua publicação, estabe-

lecendo a competência, atribuições e alocação, de cada uma das Secretarias.

Art. 4° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

(a) JOSÉ FELINTO

JUSTIFICATIVA:

Prende-se tal iniciativa, a procura de uma melhor e efetiva segurança de nossa população, hoje tão violentamente ameaçada pelos altos índices que a marginalização vem alcançando.

Nossa sociedade, diariamente vem sendo violentada no seu patrimônio, e no que é de maior relevância, a integridade física do povo do Paraná.

Na nova sistemática, a Polícia Civil, exercerá a força repressiva em todo território Estadual, como a: preservação da ordem pública; o exercício de polícia judiciária, administrativa e de segurança, com a prevenção, repressão e apuração das infrações penais e atos antisociais.

A Polícia Militar, como força auxiliar do Exército Nacional, exercerá funções preventivas e de preservação da ordem.

Vale salientar ainda, que tal transformação, não acarretará ao Poder Executivo, quaisquer ônus, uma vez que os mesmos recursos hoje disponíveis na Secretaria de Segurança Pública, serão reutilizados em ambas as secretarias.

Por tais fatos, e sabedor do alto espírito público que norteiam os passos dos nobres Pares, conto com o apoio para a aprovação desta matéria.

PROJETO DE LEI N° 285/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Os policiais militares, lotados no Batalhão de Trânsito, ao constatarem infração de trânsito por parte de veículo em movimento, ficam obrigados a cientificar imediatamente ao condutor do mesmo, mediante assinatura do infrator, que comprove a notificação.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

O objetivo desta iniciativa é evitar que os proprietários de veículos continuem tendo desagradáveis surpresas, quando do pagamento anual do I.P.V.A.

Todos os anos, inúmeros proprietários de veículos automotores são surpreendidos com a existência de multas, quer seja por avanço de sinal vermelho, quer seja por estacionamento, multas estas, em diversos casos, advindas de cidades em que o refe-

rido veículo nunca esteve.

Tal equívoco ocorre pelo fato de haver repetição de placas em diferentes cidades brasileiras e, dependendo das condições de visibilidade do policial, a leitura da cidade de origem do veículo infrator não se torna perfeita.

Como o valor das multas tornou-se exorbitante, e ainda reajustável pela O.F.N. do mês do pagamento, esperamos contar com o apoio dos nobres Pares, no sentido de se criar um dispositivo legal que evite as inúmeras injustiças.

PROJETO DE LEI N° 286/88
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1° - Fica denominado de "RODOVIA DOM ROMEU ALBERTI" o trecho da Rodovia PR. 170, compreendido entre a BR. 272 a BR. 359.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

(aa) ORLANDO PESSUTI
ANTÔNIO COSTENARO

JUSTIFICATIVA:

Pretendemos com o presente projeto, prestar uma justa homenagem à alguém que muito fez em prol de um Estado, mais precisamente à região de Apucarana e Vale do Ivaí.

Dom Romeu, foi por mais de 18 anos, Bispo Diocesano de Apucarana, sendo nomeado em 1983, para Arcebispo de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, permanecendo como Arcebispo até seu falecimento, ocorrido em 06 de Agosto do corrente ano.

Na frente do Bispado de Apucarana, pode nosso homenageado demonstrar todo seu espírito de humildade, fraternidade e amor ao próximo.

Diante do exposto, solicitamos aos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis, o devido apoio ao nosso projeto de lei, como também sua posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N° 287/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao maestro ALCEO BOCCHINO.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

(a) NEREU CARLOS MASSIGNAN.

JUSTIFICATIVA:

Alceo Bocchino, um dos grandes vultos de nosso Estado, é um dos exemplos de po-

tencial projeção nacional e internacional de orgulho paranaense. Nasceu em nossa Capital, em 30 de novembro de 1918, é um artista dos mais completos: compositor, regente, acompanhador, orquestrador e diretor musical de diversas emissoras de rádio.

Apesar de ter se formado em Direito, o amor à música juntamente com seu talento excepcional, levou-o a correr os caminhos que até hoje o consagram como um dos mais respeitáveis músicos de nossa época. Aluno de renomados mestres, tais como: João Poeck, Antonio Melillo, Villa Lobos, Francisco Mignone e Camargo Guarnieri, tornou-se pessoa de vasta cultura e conhecimentos musicais.

Entre muitos dos seus títulos encontramos o de maestro titular da OSINPA (Orquestra Sinfônica do Paraná), membro efetivo da Academia Brasileira de Música, Presidente do Setor de Música da Academia Brasileira de Artes, ex-regente titular da OSN (Orquestra Sinfônica Nacional do Rio de Janeiro), professor do Instituto Villa Lobos, entre muitos outros.

Regente dos mais conceituados, muitas orquestras internacionais apresentaram-se sob sua batuta. Hoje, o Paraná deve muito a este homem. Pois, mesmo aqui não vivendo, dedica-se com muito carinho a nossa orquestra paranaense. Juntamente com o jovem maestro Osvaldo Colarusso, vêm ambos fazendo extraordinário trabalho para que a OSINPA seja reconhecida atualmente como uma das melhores Orquestras do nosso País. Graças a ambos, renomados artistas nacionais e internacionais, ao aqui se apresentarem como solistas, tecem gratificantes elogios a sonoridade e competência dos músicos de nossa Orquestra Sinfônica Paranaense sob a regência deste fabuloso Maestro Alceo Bocchino.

Assim sendo, a medida ora proposta nada mais é do que a mais justa das homenagens que este Estado das Araucárias, através de seu Poder Legislativo, pode prestar a tão distinta figura que muito vem enobrecendo a imagem de nosso Estado. Pois, do muito que aqui argumentássemos, o nosso relato não chegaria próximo dos méritos que Alceo Bocchino tem por merecer.

Nestas condições, esperamos dos Nobres Pares desta Casa, o devido apoio junto a nossa proposta.

PROJETO DE LEI N° 288/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica denominada Rodovia Prefeito IRINEU APARECIDO SAVOLDI, a Rodovia PR- 552, que liga os Municípios de Mandaguá, passando por Ourizona, até o Município de São Jorge do Ivaí.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

JUSTIFICATIVA:

Irineu Aparecido Savoldi, 42 anos, casado com a Senhora Irene Tasso Savoldi, pai de quatro filhos, foi um dos fundadores do Município de Ourizona, onde exercia a profissão de farmacêutico, foi eleito Prefeito Municipal em 1982 pela legenda do PDS, passando depois para o PMDB.

Estava se preparando para deixar a Prefeitura com obras de vulto para a comunidade, com mais de 7 mil habitantes, como: a construção da Creche Maria Buzinaro Savoldi que atende a 120 crianças; o Hospital Municipal de Ourizona; complementação do sistema de abastecimento de água na cidade e em várias localidades da zona rural; reconstrução da Quadra Municipal de Esportes; construção de uma Usina de Alcool; criação da fanfarra e reformas nos colégios da Cidade e da zona rural, quando veio a falecer no último dia 27 de setembro do corrente ano, em trágico acidente automobilístico, quando retornava de Brasília para onde havia viajado para tratar de interesse do Município.

Em Brasília o Prefeito Irineu Aparecido Savoldi, havia tido uma audiência com o Ministro Borges da Silveira, da Pasta da Saúde, durante a qual conseguira verbas para compra de equipamentos complementares para o hospital. Em Brasília, também deixou assinado um convênio para a construção de mais casas populares para o Município de Ourizona.

Homem público, honrado e respeitado por todos em sua Cidade, veio demonstrar sua liderança política com a formação da União Democrática Ourizonense, com a coligação PMDB, PDS e PTB, lançando chapa única para candidatos a prefeito, vice-prefeito e vereadores para as próximas eleições municipais.

Foi ele um dos que lutaram pela construção da PR-552, que tantos benefícios levou para aquela região, nada mais justo do que prestarmos uma última homenagem, dando seu nome àquela rodovia norte paranaense.

Desta forma Senhor Presidente e Senhores Deputados, esperamos contar com o apoio de todos os Parlamentares com assento neste Plenário, para aprovação deste Projeto de Lei que ora apresentamos, em reconhecimento ao trabalho prestado por este ilustre homem público, ao povo e a comunidade do Município de Ourizona e daquela Região, ao já saudoso Prefeito Irineu Aparecido Savoldi.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Amibelli) - Não havendo oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expediente, passamos ao Horário das Lideranças.

Consulto à Liderança do PDS se fará uso do seu tempo.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDC.

Declina.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PFL.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PL.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PT.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PDT.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PTB.

Declina.

Havendo declinado, consulto à Liderança do PMDB.

Declina.

Encerrado o Horário do Expediente, passamos à

ORDEM DO DIA.

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Antônio Bárbara, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado José Felinto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Orlando Pesuti e Antônio Costenaro Neto, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Nereu Carlos Massignan, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando Preferência de Votação ao Projeto de Lei nº 262/88. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de Preferência de Votação acima aprovado:

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 262/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 103/88), que autoriza o Poder Executivo a contrair operações de crédito externo até o valor de US\$ 240.000.000,00 (Duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte), para implementação do Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná - Paraná Rural. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. Em Regime de Urgência. Em discussão.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente,

Srs. Deputados, esta Casa aprecia em 3.^a Discussão Projeto de Lei n° 262/88, de iniciativa do Governador do Estado e que solicita deste Poder autorização para contrair empréstimo externo no valor de 240 milhões de dólares para execução, e implementação do Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná - Paraná Rural.

Paraná Rural que tem uma previsão de despesa para sua execução de 570 milhões de dólares, terá agora inicialmente, e por pedido do Sr. Governador investimento de 240 milhões de dólares para a sua implementação.

Este Deputado entende que este projeto é um misto de pró-rural que foi projeto elaborado e deixado no Governo de Ney Braga, que tem por objetivo a assistência e orientação técnica de cerca de 62 a 63 municípios mais carentes do Estado, e um outro plano, um programa que também deu certo, a exemplo do pró-rural que é do Governo anterior, de José Richa, que foi o manejo e conservação do solo. É evidente que o programa é dispendioso, não podia e não poderia atender a todos os municípios do Paraná. Agora, o governo atual, de Alvaro Dias, amplia o programa, condensa esses projetos pró-rural e conservação de solo, acrescenta alguma coisa mais e esse projeto Paraná Rural passa a ser, basicamente, daqui para frente, o programa de seu governo, porque ele prevê, investimento na agricultura - com a construção de rodovias, com a conservação de solos, orientação técnica na produção, na saúde e também escolas. Ele alcança de tal forma as principais secretarias, os principais serviços do governo do Estado.

A interrogação que eu faço é a seguinte: o projeto é constituído apenas de três artigos. O primeiro deles que dispõe: - Fica o Poder Executivo autorizado a contrair operações de crédito externo até o valor de 240 milhões de dólares dos Estados Unidos da América do Norte, para implementação do Programa de Desenvolvimento Rural do Paraná, Paraná-Rural." No Parágrafo Único diz que: "No valor indicado no artigo 1°, até 165 milhões de dólares poderão ser contratados junto ao Banco In-

teramericano de Desenvolvimento - o BIRD e mais 75 milhões de dólares junto ao BIRD "e depois, sem dizer, com clareza, dispõe no artigo 2° que "para amortização de carência, juros, taxas adicionais referentes ao financiamento a serem contratados, obedecerão as normas pertinentes estabelecidas pelas autoridades monetárias federais e as exigências dos órgãos financeiros e órgãos encarregados da política-econômica-financeira da União.

Também nós não sabemos quanto vamos tomar desses 240 milhões, e a que juros, prazos, e quais as parcelas, para pagamentos, em anexo o programa Paraná-Rural que tem 80 laudas datilografadas que diz respeito a todo o programa no geral, e que tem o primeiro sub-programa com 5 anos e o segundo com 7 anos de execução. E o projeto está na Ordem do Dia, com Regime de Urgência, num período de campanha eleitoral, que se confunde também, com o estabelecimento de normas regimentais preliminares para a Assembleia Constituinte Estadual, tudo de uma só vez! Duzentos e quarenta milhões de dólares, que significam em nossos cálculos, se não estivermos enganados, duas vezes a receita do Estado prevista para agora - 4 trilhões de cruzados.

O programa, é de um alcance indiscutivelmente necessário para o Paraná, e que nós não podemos ser contrários a que se implante no Paraná, este projeto, este Programa Paraná-Rural, mas num Estado que, já com dificuldades de pagar os juros de sua dívida crescente, externa e interna, sem saber com clareza como se pagar, se já não se paga hoje o que devemos, os juros, os serviços da dívida que agora está em mais de 240 milhões de dólares. Quer dizer, nós deveremos ir à casa dos dois bilhões de dólares de dívida, talvez. Pagar como?

Mas eu não quero fixar-me neste problema porque é evidente que a Bancada situacionista haverá de aprovar o projeto, sem dúvida, e provavelmente, até com os nossos votos, mas o que falta à Assembleia, é ser esclarecida do que vai se fazer com 240 milhões de dólares. São três artigos, porque em anexo estão os dois subprogramas, como falei, com 80 laudas datilografadas, com vínculo ao corpo da lei, do projeto.

Como será a execução disso? A vontade do Executivo. Como é que ele vai alterar esse programa? Ele poderá alterá-lo? Claro. Vai ser a vontade do Governo do Estado e eu digo isto agora, Senhores Deputados, porque amanhã o Brasil terá uma nova Constituição Federal. Há 2 anos quase que se fala na valorização do Poder Legislativo e o Paraná vota na véspera, no dia 4 de outubro, projeto de lei desta natureza envolvendo 8 trilhões de cruzados aproxima-

damente para esse investimento de valorização do homem, do meio rural e principalmente da conservação do solo, que é da maior importância indubitavelmente, mas que nós, o Poder Legislativo, não tivemos, nenhuma informação, nenhuma consulta e não temos agora na hora do encaminhamento da votação desse projeto.

Certamente porque o Governo do Estado sabe que aqui existe uma Bancada ou duas Bancadas que, sem dúvida, farão com que o projeto seja aprovado sem maiores delongas, sem maior discussão, mas não podia e não pode, esta Casa, calar-se neste momento, votar silenciosamente, um projeto dessa natureza.

Para se ter idéia, uma noção ligeira do que significa o programa de apoio ao produtor rural, não podia deixar de fazer menção a alguma coisa que alude o projeto, quando fala na regularização fundiária, onde visa regularizar a documentação de centenas e talvez de milhares de imóveis, que visa complementar atividades já iniciadas com o Pro-Rural, que é o projeto a que me referi inicialmente, através da execução de ações discriminatórias, ações de usucapião e do cadastro técnico rural que tem como metas principais, a realização digo, a regularização de 4 mil e 200 propriedades rurais; prestar o atendimento extrajudicial a 40 mil processos; efetuar o cadastro de 31 mil imóveis e ratificar 17 mil e tantos registros imobiliários, mas não diz onde, quais os municípios, quais as glebas, e se é no Paraná. Evidente que os Deputados não precisam saber onde, não é? Por que saber?

E continua:

Serão contratados 52 pessoas, em áreas técnica e administrativa: serão adquiridos 73 veículos, equipamentos diversos, merecendo destacar os satélites e outros. As atividades serão voltadas para atender diretamente a 85 mil produtores, tendo como base uma proposta de mudança de enfoque da extensão rural nas áreas mais carentes (atuação em sistema de produção e organização do produtor e a viabilização do conjunto de projetos produtivos no subprograma), além do envolvimento da estrutura existente, deverão ser contratadas 265 funções entre técnicas e administrativas e adquiridos 230 veículos e equipamentos diversos para os escritórios locais e regionais sempre em treinamentos e produção animal. O projeto ainda preconiza também o incentivo a pequena agroindústria caseira, a utilização de máquinas e equipamentos comuns etc.

E, quanto à pesquisa agropecuária, deverá ser executada de forma articulada, com assistência técnica que prevê o desenvolvimento de várias linhas de ação, carecendo destaque a pesquisa, sistema de pro-

dução, companhia de sistema, além de atender a demanda dos projetos mais especializados como os de irrigação, drenagem e produção animal. Em linhas gerais, serão implantados cerca de 600 unidades experimentais; produzidas 250 toneladas de sementes genéticas; 270 toneladas de batata pré-básica; 500 mil cones especiais e além de implementar a tipificação de sistemas de produção de cinco mil estabelecimentos rurais. É uma maravilha o projeto, é uma coisa linda. E isso, ao alcance das metas previstas, só que nós não sabemos, onde e quando. E para o alcance das metas previstas serão contratadas mais 370 funções entre técnicas, administrativas e operacionais. Deverão ser adquiridas ainda mais 117 veículos, automóveis utilitários, máquinas e equipamentos. Irrigação e drenagem; as atividades deste projeto estarão voltadas basicamente à drenagem de áreas úmidas de várzeas, etc. Deverão ser drenados e sistematizados 64 mil hectares de várzeas e contruídas cerca de 634 açudes. Esses números fazem-me lembrar muito bem do Governo José Richa, das micro destilarias que foram lançadas no Paraná em discurso, inclusive, de parlamentares nesta tribuna, do programa fantástico do Governo José Richa de mil micro destilarias no Paraná. Foi uma vergonha. O Paraná não tinha nem micro destilaria, nem dinheiro e nem coisa nenhuma. O Estado entrava com os discursos, nas três ou quatro destilarias que foram feitas e estão paradas, foi um desastre!

Quanto ao abastecimento, o projeto está estimado em três grandes linhas de ação: fortalecimento das associações dos produtores hortigranjeiros, a ampliação do mercado atacadista e a extensão do programa de abastecimento alimentar às famílias de baixa renda. Serão beneficiadas 30 associações de produtores, comercializarão 650 mil toneladas de produtos hortigranjeiros e viabilizada a distribuição de cerca de 200 mil toneladas de gêneros alimentícios a preços inferiores aos praticados no mercado. Depois dispõe sobre armazenamento, que diz respeito a construção de armazéns, serão construídos 60 unidades armazenadoras, sendo 30 delas de seis mil e quinhentas toneladas, e 20 unidades de duas mil e quatrocentas toneladas e 10 outras de um mil e duzentas toneladas.

Será ótimo, pois o Paraná precisa muito disso.

Agora há um destaque, muito especial, também no caso das estradas, que diz que o projeto compreenderá pavimentação de baixo custo, de obras de artes correntes e especiais em trechos de pequena e média quilometragem, identificados como prioritários no escoamento das safras agrícola do Para-

nã.

Aqui nesse caso, e que logo adiante, também diz que inicialmente se prevê, a pavimentação de dois mil e cem quilômetros de previsão inicial, dessas estradas e trechos curtos, para mim e assim entendo, que é o programa do Senhor Governador, dito nos discursos, durante a campanha, e anunciados posteriormente, e ainda no Governo, que os Municípios seriam contemplados. Cada município do Paraná de 20 a 30 quilômetros de rodovias, estadual ou municipal, dentro desse Governo, quer dizer que cada município definiria, a critério da Administração, do Prefeito, e de Câmara Municipal, qual estrada a ser feita ou as estradas desse aproveitamento de 20 a 30 quilômetros de pavimentação. Ora, multiplicando-se 20 quilômetros por 300 e poucos municípios, daria seis mil quilômetros, mas como no Governo do Senhor Álvaro Dias é impossível asfaltar esta quilometragem toda, ele ainda pretende fazer mais 1.100 quilômetros; o que seria muito bom, mas o que eu pensava, esperava e acreditava, é que dos programas e das propostas de Governo anunciadas, que já se tinha àquela altura, providenciado recursos para tanto.

Fazemos um projeto lindo, com 80 páginas, muito bem redigido e se introduz esses 240 milhões de dólares iniciais, neste mesmo projeto. Foi com o plano da pavimentação de cada município que o Governador se propôs a fazer, prometeu e anunciou. Foi, de 20 a 30 quilômetros de rodovia pavimentada, e também com o programa de irrigação, que o Senhor Álvaro Dias falou durante toda a campanha.

Seria mais fácil que se não juntasse e nem anexasse ao projeto, essas 80 laudas, ao regime de urgência, porque a pretensão, e quer me parecer nesses dois anos finais, é de fazer esta quilometragem de pavimentação asfáltica que se propõe muito mais do que a conservação dos solos do Paraná.

Além disso, na área de saúde, propõem-se, se preconiza o estabelecimento de uma rede de serviços não especializados e o apoio de uma rede municipal já existente, capazes de garantir sua resolutividade, através de uma ampla rede de postos e centros de saúde. Mas o Paraná já tem rede de postos de saúde. Isto nós já temos e ainda, continua que a ação do projeto se dará pela construção de 106 centros regionais de saúde. Vejam só! Centros regionais de saúde, laboratório de pesquisa biológica, 17 distritais e 450 clínicas odontológicas. Quer dizer, isso é uma maravilha. Não há quem possa votar contra isso no Paraná.

O que eu quero, Senhores Parlamentares, é deixar com clareza, sabendo perfeitamente que o projeto será aprovado, que desejamos ardentemente que estas obras sejam realizadas. Mas, nós conhecemos a con-

dição econômica do Estado. Isso é uma fantasia. Não seria necessário dizer muito, para autorizarmos 240 milhões de dólares, pois era só continuar o programa do Senhor José Richa, e o aproveitamento na Secretaria da Agricultura, da experiência, do "know-how" de combate à erosão e conservação do solo, sem ser necessário tantos milhões.

No caso da educação, além de outras coisas, diz aqui, e é uma preocupação: "além da melhoria da rede física existente e da melhoria da qualidade de ensino, o projeto se propõe a ampliar a oferta escolar em aproximadamente 128 mil novas vagas. Com tal objetivo deverão ser construídas 80 escolas nuclealizadas, 18 escolas isoladas, ampliadas e melhoradas: 90 colégios regionais e 9 colégios agrícolas, além da implantação de 80 mil escolas de ensino especial. E mais, a aquisição de 295 ônibus para melhoria do aperfeiçoamento do transporte escolar." Interessante! Não se fala na instalação, na criação de novos estabelecimentos de ensino técnico na agricultura. Como é que se pode fortalecer a agricultura, de propor a produzir mais, ter maior produtividade, sem ensinar o agricultor como produzir na mesma área que o Paraná dispõe. Nenhum colégio agrícola, repito, é previsto no projeto. Já que se criaram tantas coisas, que se compram tantos automóveis. Daí dizer que isto daqui é um plano de governo, porque ele alcança o transporte, asfalta todas as estradas prometidas durante a campanha, contempla cada município do Estado com um microônibus, possivelmente. Amplia a rede de assistência à saúde e nós temos um sistema grande.

Parece-me que não há um município no Paraná que não tenha um posto de saúde e muitos distritos já têm. Creio que poucos distritos não dispõem de atendimento à saúde, hoje. Portanto, de Paraná Rural ele deveria chamar-se Paraná Total. Estes 240 milhões de dólares é para o Sr. Álvaro Dias realizar o seu governo, porque, repetindo, significa a receita de dois anos, de dois exercícios consecutivos. Já que vai à casa de cerca de 8 trilhões de cruzados.

Nós não poderíamos deixar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, de fazer estas rápidas considerações a um projeto desta natureza, desta repercussão, no afogadilho, na base do Regime de Urgência, da pressa. Não se deu prazo necessário para os Srs. Deputados envolvidos na campanha eleitoral, e agora preocupados com a Assembleia Estadual Constituinte, em analisar, em se deter um pouco, pelo menos, sobre estas oitenta e tantas laudas que acompanham o projeto.

Portanto amanhã, votada a lei, vai se

executar, como? O que é que a Assembléia vai saber ou aplicar mais, em combate à erosão, na proteção do solo, na produção, ou no transporte. Nós iremos fazer armazéns-escolas antes de aumentar a produção e a população rural, como vai ser? Quais serão os critérios?

Bem, o Governador Álvaro Dias é um homem forte, e está com altíssimo IBOPE, sem dúvida ele vai aplicar bem este dinheiro do povo, não do povo brasileiro, e sim do povo americano, estes 240 milhões. Não estou dizendo que o Governo vai desviar os recursos, que vai aplicar mal, o que eu quero dizer, e estou insistindo, e estou fazendo com que conste nos Anais desta Casa, é esta desconsideração com o Poder Legislativo, mais uma vez, sem saber para onde e nem quando vai o dinheiro, quais as prioridades? Não se define nada!

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Permite um aparte?

Deputado Basílio Zanusso, nós somamos às preocupações de Vossa Excelência, e ela é bem oportuna. Eu diria que a nova Constituição está premiando a nós Parlamentares, do Poder Legislativo, com o direito de participar na indicação das obras, na destinação de recursos do Governo e que até então não poderíamos, pois não se podia legislar em matéria financeira.

Eu acredito que este projeto, se deixasse de ser aprovado neste momento, esta Casa sairia fortalecida, valorizada, não que discordemos, a grosso modo, porque o Governo pretende realizar as promessas feitas através de campanha, como Vossa Excelência está afirmando, e nós concordamos plenamente com isso, mas eu diria que, dentro do Estado do Paraná, cada um de nós, Deputados das Oposições, e da própria Situação, naturalmente com as peculiaridades de cada região, poderíamos participar deste grande projeto de Governo. Como diz Vossa Excelência, é um Plano de Governo, em que se empresta dinheiro para a sua execução, feito assim eu diria que o Governo vai dar tantos ônibus para cada escola, vai construir escolas.

De repente, não precisa escolas, pois tem município que não precisa de escola, tem salas de aula ociosas, mas precisa-se criar uma nova escola, uma escola de acordo com a exigência da época. Outros municípios são pobres em escolas e ricos em saúde, às vezes o município é rico na infra-estrutura de saúde, o que não tem é amparo previdenciário, e este sim, o Governo deve se preocupar em fazer com que a Previdência Social atenda os seus objetivos, isso nós temos que nos preocupar e o Governo do Estado de exigir do Governo Federal que cumpra essa obrigação da Previ-

dência Social.

Portanto, eu convidaria também, como é a grande preocupação de Vossa Excelência e de todos os Parlamentares desta Casa, para que analisássemos profundamente, e no caso pudessemos retirar este projeto de votação e aguardar a nova Constituição, que será promulgada a partir de amanhã, e aí então iríamos analisar profundamente e ver se podemos, dentro da peculiaridade de cada região, encaixar as obras necessárias e não apenas as obras que pensa o Governo, em realizar.

Esse é o meu pensamento, nobre Deputado, e obrigado pelo aparte.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Obrigado, Deputado Antônio Costenaro Neto.

Vossa Excelência sendo como eu, homem do interior, também de vivência no meio rural, e agricultor também como eu, conhece muito bem e sabe como eu, da grandiosidade do projeto, da necessidade, ainda mais que esse apoio à agricultura que é notório da sua necessidade, a conservação do solo nunca foi levada a sério no Brasil. E o programa do Governador José Richa, com o qual eu discordo no seu Governo, fui de Oposição, foi um programa que deu certo. A conservação do solo, a proteção das nossas terras, inclusive as rochas, porque não sou eu apenas, mas alguns colegas do Noroeste do Estado, sabemos que as nossas terras estão sendo levadas aos poucos pelas chuvas, pois são propícias à erosão, e que merecem, eu acredito, uma atenção especialíssima neste aspecto.

Inclusive as terras produtoras de trigo e soja, tombam, gradeiam, chove, faz sol, chuva e vai-se uma camada de solo, depois mexe-se novamente na terra, tomba-se, gradeia-se, e novamente planta, colhe, exporta os produtos, e assim estamos acabando com as terras férteis do Paraná. Elas estão sendo levadas para as grandes represas.

O Deputado Paulo Furiatti manifestou recentemente a sua preocupação nesse aspecto, não faz muito tempo, e é conhecimento notório de todos nós. O projeto, sem dúvida, é da maior importância. Mas, por que mandá-lo para a Assembléia, nessa época de eleição, em que esta Casa decidiu através dos seus membros realizar duas sessões semanais, apenas, num esforço para atender às exigências do processo e do Poder Legislativo e também os compromissos políticos que todos temos, e agora chega esse projeto aqui, de 240 milhões de dólares para ser votado, assim, três artigos e mais 80 páginas, que não há vinculação obrigatória no dispositivo da lei ao seu cumprimento, e não sabemos também da conveniência, se isso tudo que está aqui é o mais conveniente para o Paraná? Quando se

fala no fortalecimento do Poder Legislativo, é uma agressão à soberania deste Poder.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado Líder do PFL, Basílio Zarusso, eu concordo com as suas preocupações manifestadas nesta tribuna, as suas justificativas. Concordo também com as preocupações do nobre Colega Antônio Costenaro, quando questiona tal projeto de lei, oriundo de mensagem governamental.

É hábito costumeiro, ouvirmos o Chefe do Executivo paranaense dizer que o Estado do Paraná não tem recursos para viabilizar os assentamentos dos sem-terra, não tem recursos para ajudar os pequenos produtores por causa do grande grau de endividamento do Paraná. Diz ele também que o Estado do Paraná paga, por mês, 10 milhões de dólares de custo da dívida externa. Isto nos preocupa. Nos preocupa porque também nós percebemos que o aceleramento da dívida é desenfreado.

Segundo informações que temos, quando o PDS entregou o Poder para o Governo do PMDB, no Estado do Paraná, este devia 300 milhões de dólares, que já era uma dívida impagável, sendo alegações na época.

Quatro anos de Governo do PMDB, a conclusão do Governo José Richa e de João Elísio, passou em torno de 630 milhões, isto é, dobrou. Hoje a gente gostaria de saber, oficialmente, quanto é a dívida do Estado do Paraná, e no entanto não sabemos. Mas, informações extra-oficiais e que a imprensa veiculou, que temos que dar crédito, até que se prove o contrário, dão conta de que o Estado do Paraná deve perto de 3 bilhões de dólares. Portanto, nobre Deputado, creio eu, que a sua preocupação é precedente e é justificável.

Antes de nós, e deste Parlamento autorizar e dar carta branca para o Governo aumentar essa dívida, é preciso primeiro sabermos qual é o montante dessa dívida, e é preciso sabermos também como é que a gente vai pagar, porque é fácil fazer dívida para depois os outros terem que pagar. O povo paranaense vai pagar com o que? Com cruzado? Não dá, não aceitam. Com o real? Também não. Então, temos que pagar com produtos, com riquezas que vai fazer falta na mesa e na casa de muitos paranaenses.

Então, por isso nobre Líder do PFL, faço minhas as suas preocupações. E nós, e este parlamento, mas temos que recuperar a nossa dignidade, e não podemos mais engolir sem mastigar este tipo de mensagem, esse tipo de projeto, esse tipo de intenção. Temos que ter as informações, saber, e sermos convencidos de que nós temos realmente e efetivamente condições de pagar essa dívida, pois temos que ver se a

sociedade paranaense é capaz de aceitar se ela aprova o que será feita com esses recursos provenientes desse endividamento do Estado do Paraná. O que não podemos mais é permitir o endividamento sem que a sociedade paranaense concorde e saiba para que e quando e como vai ser paga essa dívida.

Muito obrigado.

O SR. BASÍLIO ZARUSSO - Muito obrigado, Deputado Pedro Tonelli.

Vossa Excelência tem feito reiteradas vezes esse seu posicionamento de preocupação, não só com o nosso endividamento, mas com o destino dos recursos públicos do Paraná. E quanto à agricultura, que especificamente discutimos, Vossa Excelência conhece tão bem quanto nós. Esta questão de quanto devemos ou não devemos, já nem se pode interrogar mais, porque é segredo saber. Nós não podemos saber, Assembleia não pode saber o quanto se deve, o montante da nossa dívida externa, isso é proibido, como outras coisas são proibidas.

Porque não dizer, porque não encaminhar agora à Assembleia esse quadro demonstrativo dos compromissos externos que tem o Estado do Paraná junto aos seus credores? Essa preocupação do pagamento, Deputado Pedro Tonelli, não há porque sem dívida, esses dólares serão tomados com 10, 15 anos de prazo, mais 3,4 de carência, quer dizer, será problema para outras pessoas, outros Governos.

Eu quero dizer que esta preocupação quanto ao solo do Paraná, vem de longe, mas não se fez muito até agora de efetivo para se proteger o nosso solo. Por isso, em reiteradas vezes disse, que o projeto na sua essência é bom e necessário.

O Deputado Federal Flávio Jovini, que exerceu com galhardia, competência, duas legislaturas no Congresso Nacional, dentre outros pronunciamentos, fez um no dia 02 de agosto de 1972, referindo-se ao assunto da erosão. Vejam os Senhores, em 1972 o Deputado Flávio Jovini já falava do perigo da erosão, da gravidade, dos efeitos da erosão rural e urbana lá na região noroeste do Estado do Paraná, porque ele era e é de Paranavaí. Falava do desmatamento, e da despovoação, do perigo que apresentava e, que se apresenta, a erosão, especialmente, a rural. E, ele pedia providências, e sugeria soluções, já em 1972.

Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é interessante que este projeto tendo como fundamento a argumentação para a obtenção dos recursos lá fora. A proteção do solo, e a gravidade da erosão, rural, não contempla o Noroeste do Estado do Paraná, não dá como prioridade o atendimento a este projeto, a região do arenito do Caiuá, a região de areia, que conhece-

mos, e que é quase toda a região Noroeste do Estado; assim, é que, não contempla no programa específico, já que são dois sub-programas.

Fica, Senhor Presidente, Senhores Deputados, o meu registro pessoal, e da bancada do meu Partido, os apartes dos Deputados que me honraram com a sua intervenção, registrando também a nossa estranheza, de que por esta Casa não decidir, no seu devido tempo, não tendo sido, informada, comunicada, deste projeto, que embora necessário para o Paraná, não consultou, não ouviu os Parlamentares, num desrespeito flagrante, numa hora de véspera de nova Constituição, cuja promulgação será amanhã... Que pena! e o Paraná aqui votando mais 240 milhões de dólares, sem saber o seu destino, a sua execução; para onde vai, quanto vai pagar, os juros.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Sr. Pedro Tonelli - Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Pela ordem concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Pedro Tonelli - Eu requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência defere, e, por solicitação, do Líder Nestor Baptista, fará a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(Senhor 1º Secretário procede à chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) 24 (vinte e quatro) Senhores Deputados responderam à chamada. Não há quorum para deliberação, apenas para o prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 233/87, de autoria do Deputado TADEU LÚCIO MACHADO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO DO PINHAL, com sede e foro em Ribeirão do Pinhal. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 88/88, de autoria do Deputado EDUARDO BAGGIO, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SUCEAM - ASSUCEAM, com sede e foro nesta Capital.

Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 87/88, de autoria do Deputado FERRARI JÚNIOR, que doa ao Município de NOVA ESPERANÇA um prédio em alvenaria constituído pelos lotes nº 7, 8, 9 e 10, da Quadra I-9, com área de 13.170,00m², conforme escritura de comodato entre a FUNDEPAR e a Prefeitura, transcrito no 3º Tabelião de Notas, Livro 457-E, folha 06, na Capital do Estado. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. -

Sobre o referido projeto, Emenda Modificativa de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

AO PROJETO DE LEI Nº 87/88

O Art. 1º, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - Fica autorizada a doação ao Município de NOVA ESPERANÇA, o prédio em alvenaria, constituído pelos lotes nº 7, 8, 9 e 10, da Quadra I-9, com área total de 13.170,00m², no Município de Nova Esperança, conforme escritura de comodato entre a FUNDEPAR e a Prefeitura, transcrito no 3º Tabelião de Notas, Livro 457-E, folha 06, na Capital do Estado.

Sala das Sessões, em 04.10.88.

(a) FERRARI JÚNIOR

Encerrada a discussão

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 98/88, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE ASSISTÊNCIA AO JOVEM, com sede e foro no Município de Campo Mourão. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 141/88, de autoria do Poder Executivo, (Mensagem nº 74/88), que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Goioerê, os lotes de terreno sob nº 05, 06, 12 e 13, da quadra 63, da Planta Geral da sede daquela municipalidade, objeto da transcrição nº 2.785, Livro 3-B, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Goioerê. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.T., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 143/88, de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a Creche LAR SÃO JOSÉ, com sede e foro em Almirante Tamandaré. Com PARECER

FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 163/88, de autoria do Deputado Paulo Furiatti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor Ernesto Benedito Nogueira. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 167/88, de autoria do Deputado Antonio Belinati, que denomina de EUDES BRANDÃO, o Edifício sede da Escola de Polícia da Secretaria de Segurança Pública. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. Encerrada a discussão.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 207/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 78/88), que objetiva acrescentar um novo parágrafo ao art. 1° da Lei n° 3579, de 22.12.87, que autoriza o Poder Executivo a proceder permuta de imóveis com o Município de Londrina, objetivando ensejar condições no sentido da construção de um Distrito Policial, Sede Administrativa, Carceragem, Instituto Médico Legal, Setor de Identificação e demais serviços correlatos, na sede do referido Município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Em discussão.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - (Para discutir)

Acho até interessante o Projeto de Lei n. 207/88. O que acho mais interessante nesta Casa, é que quando a gente vem para cá, Senhor Presidente, vem com várias idéias. A gente que milita na crônica policial, como eu e outros companheiros, Deputado Algaci e tantos outros companheiros que militam na crônica policial, nos jornais, faço questão de dizer a "Tribuna" e também o "Diário Popular" e a "Revista Policial do Correio de Notícias". A gente acompanha o dia-a-dia da polícia, acompanha o dia-a-dia desse asfalto negro de violência que, não é só no Paraná mas em toda a Nação brasileira.

Mas, fico preocupado quando os meus projetos, as minhas idéias caem nas mãos do Deputado Nereu Carlos Massignan, ele corre ao meu gabinete e diz que é inconstitucional. Tudo é inconstitucional. Quando a gente pede para se construir delegacias de polícia, construir cadeias públicas, distritos policiais, sede administrativa, carceragem, instituto médico legal, setor de identificação; acho que toda Delegacia de Polícia devia ter isto no Paraná.

Quando se pede para contratar psicólogo,

gas, milhares que estão desempregadas neste País, saem das universidades aqui de Curitiba, de Londrina e de outras do Paraná, e não têm um local onde trabalhar. Assistentes sociais que saem das universidades não têm onde trabalhar. Fui ao Palácio, falei: olha, vamos criar aí em todas as Delegacias de Polícia do Paraná um setor ao lado da Delegacia. Deputado Nereu Massignan, o Senhor que diz que tudo é inconstitucional, tudo se gasta dinheiro, mas para fazer carnaval, ir para os Estados Unidos, ir não sei para onde, tudo tem dinheiro neste País. Agora, para dar emprego para uma psicóloga, uma assistente social não tem dinheiro. É interessante, Senhor Presidente, o que está acontecendo neste País.

Então, estou pedindo o seguinte: um projeto que está aí, já até tirei de pauta para ver o que a gente faz, e dar uma elaboração. Não, porque vai gastar muito dinheiro. Tudo se gasta dinheiro. No que se gasta dinheiro?

Ao lado da Delegacia de Polícia tem que se colocar uma sala com um advogado pago pelo Governo. Não vem falar negócio de justiça gratuita, Ministério da Justiça, não quero saber disto, não. Vamos parar com isto. Estou dizendo o seguinte: vamos colocar ao lado da Delegacia de Polícia, uma psicóloga, uma assistente social, um advogado. Ah, mas gasta dinheiro para fazer isto. Gasta muito dinheiro. Tudo bem. Vamos criar no Paraná a Delegacia de Amparo às vítimas de crimes violentos. O que é uma Delegacia de amparo às famílias que tenham passado por crimes violentos? O que é isto? Todo cidadão que é rico quando perde alguém da família, Deputado, ele tem dinheiro para contratar um advogado. Ele tem dinheiro. Ele tem tudo. Ele vai contratar um advogado de alto quilate, apadrinhado, quer dizer tem de tudo. O pobre quando tem alguém da família assassinado, o bandido é preso, o bandido tem justiça, tem comida, tem de tudo. E a família que perdeu um ente? Ela tem medo de ir à Delegacia de Polícia. Ela tem medo de ir ao fórum, Deputado Dirceu, Deputado Paulino, tem medo de ir ao fórum. A pessoa sente-se acanhada, quer acompanhar o processo para saber se o marginal foi condenado ou não foi condenado, tem medo. Então estava pedindo uma Delegacia que desse amparo a essas famílias, que tenham perdido algum ente de uma forma violenta, drástica. O que é que nós poderemos oferecer? Um advogado pago pelo Governo. Elaborei um projeto lindo, fui a OAB, troquei idéias, elaboramos, etc. seria vinte e quatro por vinte e quatro, como o policial. O advogado iria lá daria o plantão, receberia, entendeu? Depois iria um outro advogado. Aí lá vem o Deputado Nereu Massignan, que

su respeito, concordo, mas está na hora de mudar este País. Não, mas, vai gastar muito dinheiro do Estado, vai gastar uma fortuna incalculável. Espera um pouquinho aí. Agora há pouco, esta semana, foi preso em Curitiba. Um cidadão com um tijolo, parecia uma rapadura de maconha, dava duas rapaduras de maconha. Tudo bem. Foi preso. Chegou lá na Delegacia o que ele disse? Eu sou viciado. Tudo bem. É viciado? Sou viciado. Tá, coitadinho vai embora. Mas quem é um Delegado de Polícia para dizer que ele é viciado? Eu pedi aqui, estou elaborando lá no meu Gabinete, com a minha Assessoria, ah, tudo bem, vamos criar ao lado da Delegacia de Polícia, todo cidadão que for preso com drogas em grande quantidade. Tudo bem. O senhor é viciado? É. Então, por favor, o senhor vai urinar no vidrinho, vai cuspir no vidrinho e vai fazer o exame antes de ser liberado. O cidadão é preso com um quilo de maconha debaixo do braço, tudo bem. "Não, eu sou viciado, sou amparado pela Lei". "Tudo bem, o senhor é viciado, um momentinho só. O Senhor acompanhe o cidadão, aqui ao lado da delegacia tem um setor, tem um laboratório, o senhor vai passar lá, vai fazer um exame, vai colocar a saliva..." "Eu faço isso no meu gabinete, eu encaminhinho... o senhor vai cuspir, vai urinar, em jejum, tudo direitinho e agora o senhor vai ficar preso ali, naquela sala especial. Aí vem o resultado, não é do jeito que vocês pensam, vocês não vivem a área policial, eu vivo o dia-a-dia da polícia eu e o Deputado Algaci, nós vivemos o dia-a-dia da polícia, sabemos a realidade da polícia, os "carrapichos" de polícia. Vejam bem, podia passar lá, fazer o exame e voltar. Daí chega o médico... Não é no IML para fazer isso, nada disso. Tem um laboratório direitinho, pago pelo governo, tudo direitinho.

Será que é muito pedir isso? Será que é muito modificar as coisas neste País? Tudo bem. Então, pega faz o exame, leva lá e fala: Olha Delegado, o cidadão aí não é viciado, ele é traficante. "Aí coloca no inquérito, pede a prisão preventiva.

Estou elaborando este Projeto e diz que gasta muito dinheiro para fazer isso, é inconstitucional! Tudo é inconstitucional! Será que nesta constituinte que nós vamos elaborar nessa Casa, será que nós não vamos poder mandar, não? Eu vim para cá com tantas idéias na minha cabeça, para elaborar projetos que venham de encontro à família pobre, as famílias necessitadas deste Estado. Até elaborei, peço ao Deputado Raul Lopes, para confirmar. O soldado da Polícia Militar se forma aqui, manda ele para Londrina. Quem é que vai levar a maranga dele? Ninguém. Quem é que vai pagar o primeiro aluguel dele? Ninguém. Quem é que vai dar as mínimas condições

para ele? Ninguém. Interessante essa palavra ninguém, bonitinha né, engraçada essa palavra. Muito bem, um momentinho. Eu pedi para fazer como a polícia americana - que dá a casa, dá tudo, dá o caminhão para transportar... não, gasta dinheiro... Ora, Alborghetti, você tem umas idéias loucas na cabeça. Para que gastar dinheiro?

Ora, nós vamos gastar dinheiro para que: para fazer comércio, para fazer festa, aí tem grana na parada! Agora, para elaborar algumas coisas que vão de encontro, por exemplo: estou querendo colocar na Constituinte... veja bem, uma viatura quebra lá em Londrina, vejam bem, Senhor Presidente, Senhores Deputados, vejam bem, uma viatura quebra lá em Nova Esperança. O que acontece? Ela tem que vir para onde? Para Curitiba. Por não termos em Paranavaí, a Capital do Noroeste, uma central de abastecimento, Deputado Basílio? Por não termos ali na oficina especializada de lataria, de pintura, com platinado, com pneu? Não, tem que sair, buscar na loja um pneuzinho, pode ser careca... e prove ao contrário. Coronel Raul, não é assim? É assim, é assim neste País, tem que buscar um pneu emprestado lá no Jabur, tem que arrumar um platinado...

O Sr. Raul Lopes - Companheiro Alborghetti, permite-me um aparte?

(Assentimento) - Realmente é oportuno o nosso nobre companheiro vir à tribuna para tecer alguns comentários a respeito do que realmente existe na área de segurança pública, no sistema de segurança pública, vai daí o sistema militar e o civil. Até porque, você tem conhecimento disso, porque trabalha, milita e eu tenho assistido ao seu programa e narra com detalhe, como está narrando aqui o que realmente acontece. Mas o que nós observamos, Alborghetti, acho que é falta de recurso mesmo.

Vamos tomar por exemplo, o exemplo da viatura lá de Paranavaí. Se ela quebra, não precisa vir para Curitiba. Ela tem, segundo a legislação pertinente da área, a orientação necessária para empenhar junto a uma oficina mecânica, a correção imediata dela, através de um custo que ela recebe, por intermédio da Secretaria de Segurança Pública. Ocorre que esse recurso não vai. Não vai. O Comandante pede, reivindica, o Delegado por sua vez, também. Não vai e então ela fica. Aí acontece isso que você acabou de dizer. Dado a ambientação junto a comunidade, o Comandante ou o Delegado vai à comunidade, e acaba por pedir para poder atender a comunidade, porque senão ela fica lá. Realmente acontece isso.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Eu só que-

ria colocar na Constituinte. Aí vem o Deputado Nereu: "Calma, tem que analisar. A gente tem que ver..." Vem o Deputado Furriatti: "Tem que analisar, tem que ver para ver se vai por baixo ou se vai por cima, se passa na frente, se dá marcha a ré ou vai para frente". Tem que ver, mas tem que ver para onde vai. Tem que ver se vai para a contramão.

Quería, antes de chegar ao Projeto, que eu tenho interesse, porque vai ser construído um grande complexo policial na minha cidade, mas não é só na minha cidade. Precisa em outros municípios. Precisa em Apucarana também. Não em época de eleição. Não. Não. Demora dez anos para inaugurar, mas que faça um negócio que preste.

Eu queria colocar: em Apucarana, por exemplo a Central de Atendimento - todas as viaturas da microrregião vão ali. Em Cianorte, a Central de Atendimento. O ilustre Prefeito, futuro prefeito de Cianorte poderia nos ajudar. Viu, Senhor Prefeito! Eu já sei que o Senhor é Prefeito de Cianorte. Tenho confiança nisso. Poderíamos colocar a Central em Cianorte. Toda aquela microrregião, São Tomé, Japurá, iria ali ao invés de vir aqui.

Quer ver o vexame de um Delegado de Polícia, estar telefonando para a Secretaria de Segurança para buscar o negócio do empenho para fazer o "platinado"? Vamos parar com isso.

O Sudoeste, onde Vossa Excelência representa muito bem, tem que ter uma Central de Abastecimento. Todos os senhores sabem que eu vivo a área policial, vivo o dia-a-dia do submundo, do outro lado da meia noite.

É muito fácil dizer: polícia é isso, polícia é aquilo. Não, para você ser um verdadeiro repórter, você tem que sair do ventre de um plantão de uma Delegacia de Polícia. Você tem que dormir num banco de uma Delegacia de Polícia, para saber dos dramas que ela vive. Você tem que viver num quartel da Polícia Militar, como eu vivi, anos e anos dentro da Polícia Militar, para saber o drama de um policial militar, para saber o drama de uma viatura da Polícia Militar.

Em Londrina, nós temos realmente lá, uma Central dentro do Batalhão da Polícia Militar. Funciona maravilhosamente bem, mas na Polícia Civil nós não temos.

O Sr. Raul Lopes- Cada Batalhão tem um centro de serviços de manutenção. O que falta é recurso.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Faltam recursos. Então eu queria saber se há possibilidade, se nessa nova Constituição do Estado, dava para a gente colocar tudo isso aí dentro, e obrigar o Governo real-

mente, já que o Governador está pedindo duzentos e não sei quantos milhões de dólares para as estradas rurais, nós também deveríamos pedir alguns bilhões de dólares para aplicar na área de segurança pública, porque eu sei dos dramas.

É muito fácil vir aqui e criticar a polícia, mas eu sempre estou lá na Secretaria de Segurança Pública e sei - não estou mentindo - Senhores Deputados, sento várias vezes com o Secretário de Segurança, Deputado José Domingos Scarpellini, e vejo uma série de projetos lindíssimos. Projetos maravilhosos nas mãos do Secretário de Segurança, mas ele não tem dinheiro, Deputado Raul Lopes, para colocar em prática. Não existe dinheiro para colocar em prática. Não existe dinheiro para que este sonho da família paranaense, seja realizado.

Concedo aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Muito obrigado.

Quero nessa oportunidade, parabenizar Vossa Excelência pelo Projeto de Lei nº 207/88. É evidente, meu caro Deputado, de que quem convive como Vossa Excelência convive o dia-a-dia acompanhando, como repórter, os acontecimentos policiais de nosso Estado, ninguém melhor do que Vossa Excelência para reconhecer e ver realmente as necessidades de mudanças no setor de segurança do nosso Estado. E acho até que posso afirmar que durante o período do Governo do Paraná, do Governador Álvaro Dias, nós tivemos, em pouco tempo do seu mandato, o avanço no setor de segurança do nosso Estado. Ainda existem carências de muitas e muitas coisas com relação à segurança no nosso Estado. Realmente quando Vossa Excelência coloca no setor de centralizar as regiões eu concordo com Vossa Excelência, e acho que além dessa centralização nós teríamos que ter um setor de equipamento não só apenas na troca de pneus, platinados, mas também num posto de gasolina e um aparelhamento adequado para lavagem das viaturas, porque sou testemunha em Cianorte as viaturas, tanto da Polícia Civil como da Militar é dependente das empresas, principalmente de ônibus que têm posto de gasolina de lavagem, então os empresários colaboram nesse sentido. Mas eu acho que tem muito a ser feito, e quando Vossa Excelência coloca esse sistema de implantação regional acho um caminho viável para a solução da nossa insegurança. E acho que o fortalecimento no setor da segurança com relação ao pessoal efetivo da Polícia Militar e Civil, temos que dar melhores condições para termos autoridade para cobrar da Polícia mais seriedade e mais honestidade.

Vivi aqui nesta Assembleia Legislativa

de 1983 até agora, 1988. Cobramos muito, inclusive, do ilustre Deputado Coronel, na época Comandante da Polícia Militar Raul Vitor Lopes, as necessidades de que havia envolvimento de policiais com quadrilheiros na Região de Cianorte, Campo Mourão e Umuarama. É felizmente, hoje caminha um processo desbaratando essas quadrilhas com envolvimento de policiais, e nós só chegaremos, ilustre Deputado Alborghetti, a uma melhor condição de segurança à população a partir do momento que começamos a dar condições para a moralização da segurança do nosso Estado.

Parabéns Vossa Excelência por este ato neste projeto e gostaríamos de ter não só um Luiz Carlos Alborghetti brigando no seu Programa de televisão como precisaremos de mais para fortalecer e cobrar mais do setor de segurança do nosso Estado, não só do Paraná mas do Brasil inteiro para que a população tenha mais tranquilidade.

Muito obrigado pelo aparte que Vossa Excelência me concedeu.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Concedo o aparte, agora, ao ilustre Deputado Nereu Carlos Massignan.

O SR. Nereu Carlos Massignan - Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ouero fazer algumas observações concordando com Vossa Excelência quando manifesta a sua indignação na medida em que o Parlamentar propõe projetos e se esbarra nesse princípio consagrado de que tudo é inconstitucional.

É verdade. Por que que acontece isto? Porque nós temos uma Constituição feita à meia-noite, em 1969 no comando de uma guarnição militar no Rio de Janeiro.

Eram alguns militares e um jurista de plantão que elaboraram a Constituição de 1969. E o mesmo se fez em 1967 quando um Congresso cassado recebeu um projeto do Governo Castelo Branco, do Governo Costa e Silva e homologou aquela Constituição. Uma Constituição que não tinha interesse em fortalecer o Poder Legislativo.

Daí por que, se fez tanta luta para se conseguir um novo padrão Constitucional que aí está para ser promulgada amanhã.

Eu espero e tenho certeza, pelo que se sabe do que foi aprovado, que este princípio da inconstitucionalidade, ele existe em todas as Constituições, mas ele não é a regra, ele passa a ser a exceção, em termos de iniciativa do Poder Legislativo.

Quicá, isso faça com que nós tenhamos mais liberdade para tomarmos iniciativas de leis.

Mas, mesmo em não havendo esta questão Constitucional, daí porque o meu aparte, e Vossa Excelência colocava bem, o Nereu, abordava a questão da inconstitucionalidade, e para que não fique aqui consagrado

de que eu seja um carrasco, um escravo, desse direito positivo, autoritário, de origem de um conluio militar, com um jurista de plantão em 1969, à meia noite, numa guarnição militar, para que não fique essa impressão de que eu seja esse jurista meramente homologador, desse direito positivo ilegal, ilegítimo, autoritário, discricionário, ditatorial, é que eu faço essas observações.

Claro que a minha indignação, é muito maior que a sua, em relação a isto. Como advogado que sou, isso nos atinge profundamente, porque nós temos a plena consciência jurídica, de que tudo isso está errado, e que permaneceu tanto tempo.

Toda esta escuridão, todo este reflexo, se reflete na sua indignação, não só na tribuna, como nos programas seus, em que quando Vossa Excelência relata a tragédia deste País, e hoje o fez com muita competência, esta tragédia relatada por Vossa Excelência, quase, ela se transforma numa comédia, pela sua sinceridade, pela sua forma de colocar e pela maneira da sua indignação.

Sim, e qual é o caminho, meu caro companheiro Alborghetti, quando Vossa Excelência fala na questão de um pneu careca, que o delegado tem que telefonar para o Delegado geral? Esta não é uma questão de Governo, não é uma questão de Estado, não é uma questão do Parlamento é uma questão Administrativa, de concepção de poder de descentralizar as decisões, de acreditar nas pessoas, que respondem pelos serviços, e isto tudo é herança do que eu estou dizendo a Vossa Excelência.

E o princípio descentralizador, que está consagrado nesta Constituição, e que nós faremos aqui, vai ter que ter esta dimensão que Vossa Excelência dá, quando aborda especificamente o assunto da sua competência e da sua especialidade, que é a segurança pública.

Quer Vossa Excelência um exemplo mais claro, do que aconteceu com São Jorge do Oeste, um pequeno Município de 20 mil habitantes, 5 mil eleitores, em que a Secretaria de Segurança foi lá ao seu bel prazer e requisitou um carro, que estava à disposição de um Distrito e trouxe a Curitiba, e no trajeto esse carro, foi abalroado, e foi danificado. Nunca mais voltou para o Município porque ninguém mais assumiu o compromisso de consertá-lo.

Veja Deputado, que então nós estamos esbarrando nas próprias decisões meramente administrativas que não exigem nem a Lei. Não é necessário nem a Ordem de Serviço. É preciso crédito, que se dê aos agentes públicos que ajam, que determinem, e que tenham dentro desses dois princípios de agir, e de determinar a responsabilidade também, de não fazer, ou de fazer mal.

Então, meu caro Alborghetti, para encerrar e eu gostaria de continuar ouvindo Vossa Excelência as suas observações oportunas quero deixar apenas registrado que, essa minha indignação com a inconstitucionalidade, é tão grande ou maior que a sua. Razão por que, eu aguardo com muita expectativa, a promulgação desta nova Constituição, amanhã, e espero, que nós não tenhamos Deputados, e Vossa Excelência hoje falava à meia noite de hoje, no seu programa "espero que não tenhamos que repetir, ver repetido, daqui para frente, neste futuro do Brasil com a Constituição nova, uma reunião à meia-noite, de constituintes fardados, à meia-noite, num Q.G. de uma arma, seja do Exército, da Marinha ou da Aeronáutica, com os juristas de plantão fazendo aquela Constituição de 69, de tão triste memória e que morre amanhã. Muito obrigado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Bem, Senhores Deputados, talvez seja um desaforo, mas se você pegar os jornais de hoje, pegar a "Folha de Londrina" vem um tal de real, aí; se você pegar o "Correio" vem o real; pegar a Gazeta, vem o real, pegar o "Estado do Paraná" e vem o real; pegar o "Jornal do Estado" e vem o real. Eu não entendo o que é que está acontecendo o que é que está acontecendo neste País.

Se uma viatura quebra em Londrina ou em qualquer cidade do Estado do Paraná, depende de você se comunicar com a Secretaria de Segurança Pública para ver como é que se faz o empenho, etc. e tal. Se a Polícia tem que se locomover para desvendar um assassinato, qualquer coisa, tem que fazer uma "vaquinha", "arrumar uma grana", como dizemos na gíria policial, arrumar um dinheiro para depois ver quem é que vai pagar.

Acho muito fácil criticar a Polícia e etc. O que acho difícil é conviver com a Polícia e saber dos seus dramas, das suas comédias. Confesso aos senhores que o Governo deveria investir mais na área de segurança. Não quero menosprezar aqui a educação e a saúde, porque um Estado que não tiver educação e saúde está falido. Agora, segurança, à família paranaense, à família brasileira, em geral, Deputado Nereu, Senhores Deputados que estão presentes ainda nesta sessão, Senhor Presidente e Senhores Secretários, a segurança é ainda primordial, viu Coronel Raul Lopes. É primordial. A família tem que ter um mínimo de segurança, um mínimo de segurança.

Agora estou fazendo uma série de reportagens nas cadeias públicas do Paraná. É a maior vergonha, a maior afronta que eu já vi na minha vida. Fui conhecer de perto a cadeia pública de Apucarana. É uma afronta. Eu sei que o marginal, o bandido

não pode ter regalias, mordomias, mas veja bem, Coronel Raul Lopes, o marginal cumprindo pena naquelas condições como se encontra a cadeia pública de Apucarana, ele torna-se um monstro. Quando sai dali, onde é que ele vai se vingar? Ele vai se vingar na família, na primeira casa onde ele entrar, vai se vingar. Ele vai matar, vai estuprar, vai violentar. Pela desgraça que ele viveu. Por exemplo: na cadeia pública de Apucarana, os presos dormem na água. É impressionante a sujeira. Mandei fazer uma reportagem em Cornélio Procopio e é a mesma coisa, a mesma violência, Londrina, então! Por isso, deste Projeto que eu pedi à assessoria da Casa, inclusive, que voltasse e já está em terceira discussão, por isso que nós temos que construir em Londrina com urgência um complexo policial, porque da maneira que está ... Se eu não me engano faz uns vinte dias construíram um túnel na cozinha, debaixo do fogão e já ia saindo na via Leste-Oeste. Estavam cavando um túnel para sair na Leste-Oeste. Iria ser uma fuga maciça da cadeia pública de Londrina. Por quê? Porque não se comporta mais presos nesta Cadeia.

Mas, não quero só isso para Londrina, Deputado Raul Lopes, Deputado Basílio, Deputado Pedro Tonelli, Deputado Nereu, Senhor Presidente, Senhores Secretários, não quero só isso para Londrina. Queria que viessem milhares de mensagens desta do Senhor Governador. Não porque é para a minha Cidade. Não é que eu requeri urgência nesta Mensagem. Também não quero que faça isto até o dia 15 de novembro, não. Acho muita estupidez, porque na minha Cidade, Senhores Deputados, na época em que eu era do PDS, foi construída uma Penitenciária em Itamarana, mas olha, construíram em um mês e inauguraram nas eleições. Passa lá em Itamarana e vê a vergonha que está enterrada lá, os milhares e milhares de cruzeiros que estão enterrados lá. Este negócio de inaugurar obras em época de eleições ... o povo não pode mais ser enganado desta maneira. Acho que quando se começa uma obra ela deve seguir os seus trâmites legais, Deputado Nereu. E parar de se fazer, neste País, as coisas rapidinho, você está entendendo? Para chegar lá e dizer: "Porque eu fiz! Porque está aqui! Porque eu venho inaugurar! E porque não sei o quê!

Que nada, vamos parar com estas coisas, está na hora de mudar, por isso que a classe política continua cada vez mais desmoralizada! Deputado José Rogério, o Senhor sabe, o Senhor já foi Prefeito, o negócio não é fazer as coisas como fizeram em Tamarana, não sei se o Senhor viu lá, construíram, não sei se o Senhor viu, Deputado Raul, o Senhor entrando em Tamarana, o Senhor vê aquela penitenciária enor-

me, quantos milhões foram jogados fora ali? E quando eu falo isso na televisão me telefonam e dizem: "Olha, dá uma maneirada! Que maneirada o quê! Está na hora de se falar a verdade, de se acabar com esta pouca vergonha, você vê, construíram um presídio em Maringá, sabe como é que se foge do presídio de Maringá? É só pegar uma colher, molhar a parede e cavar, você foge... inauguraram na época da eleição, o meu Partido da época, o PDS, inaugurou em época de eleição, para ganhar a eleição em Maringá.

Então, realmente estou decepcionado ao ver os jornais hoje, quando recebi a Folha já ali e já fiquei assim, parece que a Sucursal da Folha entrevistou alguns homens de nome da economia, ficaram assim meio com a "antena ligada", com um ponto de interrogação: Será que é um novo golpe igual o Plano Cruzado, para o povo ir lá. Olha vamos prender o gerente do Supermercado, vamos prender este e aquele, quer dizer você fica "apavoração".

Não estou me referindo a Partido Político, não é Partido político que vai resolver o problema deste País, não é PT, não é o PMDB, não é o PDT, são políticos que tenham vergonha na cara! Não adianta o PT ter o Senhor aí, se o Senhor não tiver vergonha na cara! Não adianta o PT ter o Lula se ele não tiver, não adianta o PMDB ter o seu Líder se ele não tiver vergonha na cara, não adianta eu me encobrir atrás de um Partido Político, e dizer: "eu sou do PMDB, porque o PMDB tem a melhor cartilha do mundo". O PDS também tinha a melhor cartilha do mundo, uma linda cartilha, o PFL também tem o PDT também. O PT, todo mundo tem cartilha, agora, e seguir as regras desta cartilha, como é que fica? Será que esta Constituinte realmente vai vingar? Será que vão fazer as Leis Complementares? Ora, será que vão fazer? Um ponto de interrogação para um próximo capítulo a ser analisado ainda!

O Sr. Raul Lopes- Gostaria de dar um aparte, Deputado Alborghetti.

A força de expressão, é pena que nós somos muito poucos, mas vai ficar registrado na Casa, não vai dar tempo, o Brasil está dinamitizado e o nosso Presidente dinamitizou o País, e você sabe disso, evidentemente. Mas não é só, o sistema de Segurança Pública vai mal neste País, e neste Estado, em que pese os esforços do Governo do Estado que tem investido no sistema de Segurança. É o sistema penitenciário também do qual o companheiro é testemunha, ante as visitas que fizemos ao Secretário daquela Pasta, mas se você olhar o aspecto das delegacias, pela sua experiência, pela sua vivência, está deveras ruim.

Assim como você enfocou a saúde e a educação, segurança também tem um papel importantíssimo, no quadro desta sociedade.

Uma vez eu disse, desta tribuna, onde o companheiro está, que, por acaso vida e patrimônio têm preço? Quanto custa para poder viver, quanto custa para construir, quanto custa para manter? E veja o que está acontecendo! Eu pediria que o companheiro continuasse com este seu programa, em especial lá na televisão que tem um índice de audiência extraordinário e onde enfoca momentos importantíssimos, que não esquecesse de fazer de quando em vez, uma chamada para o apressamento do salário do sistema de Segurança Pública deste País, lamentavelmente até agora se arrasta de uma forma lastimável, de uma forma altamente lastimável, companheiro Alborghetti. Não é só dar meios e recursos. É dar condições morais, força viva para que o homem possa trabalhar condignamente. O homem está ganhando mal, está desmotivado, está indo embora e nós estamos chamando a atenção, pelo amor de Deus, até quando? Nós estamos vivendo um problema sério neste País. Vamos retornar rapidamente antes que o sistema ponha em risco toda a nossa sociedade.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Acho, Deputado Raul Lopes, que o policial tem que ganhar bem. A professora tem que ganhar bem, o médico tem que ganhar bem, o advogado tem que ganhar bem, todos têm que ganhar bem. Eu não sei o que que está acontecendo neste País, porque quando eu estava no PDS, nada prestava. Fui para o PMDB, nada presta. Se eu fôr para o Partido dos Trabalhadores, do meu querido Pedro Tonelli, ou se eu for para um outro Partido político, será que eu vou passar por essa mesma forma de agressividade?

Por exemplo: eu estava num encontro agora, não vou dizer um comício, eu estava num encontro, essa semana, Deputado Pedro Tonelli, e uma senhora chegou e falou: Puxa, Alborghetti, se o senhor ficar no PMDB eu não voto mais no senhor, não.

Eu fiquei com aquilo na cabeça, e falei: minha senhora, não é o partido político, não é o problema do partido político, não sei o que que nós poderemos fazer, se darmos as mãos, mas eu também estou cansado dessa "ladainha", vamos dar as mãos, vamos dar", etc. eu confesso ao Senhor, Senhor Presidente, não sei que caminho seguir.

Sei que os nossos gabinetes estão lotados, a miséria está batendo às nossas portas, de todos os Deputados aqui. Bate na porta do Deputado Basílio, bate na porta do Deputado Pedro Tonelli, bate na porta do Deputado Raul, de todos. Realmente a

miséria é grande neste País. E o problema do policial que me deixa magoado, é que tanto o soldado da Polícia Militar, quanto o Agente da Polícia Civil, ganham uma miséria neste Estado. Tem que se arregalar, tem Coronel Raul, o senhor sabe o que eu estou dizendo. Tem que buscar. Ele sai daqui, se forma aqui na Academia, vai lá para o Norte, vai para o sudoeste, vai arrumar a casa como? Vai arrumar o caminhão para vir buscar a mudança aqui, como? Tem que comprar arma, tem tanta coisa! Tem que matricular o filho na escola, e eu desafio quem me prove o contrário se ele tem dinheiro. Eu divido. Rasgo o meu Diploma de Deputado se ele tem dinheiro. Ele não tem dinheiro. Nem o soldado da Polícia Militar, nem o Agente. Ninguém tem, Deputado Nereu.

O Agente se forma aqui e ele é nomeado lá para as Barrancas do Rio Paraná. Como é que ele vai levar a sua mudança, Deputado Nereu? Estou pedindo num projeto, e sei que vai cair nas suas mãos, e o Senhor vai dizer: é Inconstitucional. Estou pedindo uns caminhões para levar a mudança do homem lá. Estou pedindo condições, e cito um caso. Lá em Londrina, Pedro Tonelli, tem o Senhor Orlando Mairinck Goes, da Companhia de Tratores Mairinck Goes, ele mandou fazer para os seus funcionários uma Vila. Deu casa, para todos morarem. Cada um tem a sua casinha, bem feitinha, limpa, asseada, o funcionário sai, vai a sua casa tranquilo. Pedi, estava pedindo e estou até com medo que chegue nas suas mãos, está elaborado, está lá um monte, já estou cansado e vou bater o "record" de tanta coisa. Estou pedindo que cada cidade tenha um conjunto habitacional, pelos menos específico e que cada policial tenha a sua casinha onde morar.

Não, não dá, isto gasta muito dinheiro, é um problema muito grave, é inconstitucional, isto vai dar problema, etc. Eu quero até pedir desculpas aos senhores por este meu desabafo nesta tarde, mas eu tinha, aproveitando este projeto, Senhor Presidente, eu tinha que desabafar. A gente convive a área, vive o dia-a-dia, encontrei com soldados da Rádio Patrulha estes dias e vieram me falar inclusive da escala de trabalho, que é uma outra forma de violência também, é uma série de outras coisas.

O Sr. Pedro Tonelli - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Muito obrigado, Deputado Luis Carlos Alborghetti, e Vossa Excelência traz à tribuna política, à tribuna democrática, à tribuna livre, uma preocupação que com certeza está gravada na metade dos paranaenses, que a exemplo do Deputado Alborghetti estão em dúvida sobre o nosso futuro,

o que é que vai acontecer, que mesmo temos que tomar, se vai ser PT ou PMDB ou não sei quem que vai ser, é uma preocupação que está gravada em todo o Paraná onde a gente anda, um grande descrédito da metade da população, que diz que não acredita mais em ninguém, que diz que o País não tem mais solução, e creio eu que não é para menos, não é para menos. A população que tem 50 anos já votou para o PTB, para UDN, para o PSD, já experimentaram os militares, a ARENA, o PDS, o PMDB, o PFL, e para a maioria do povo a situação mudou para pior. Então, quando a população pensa e conclui revoltadamente, tem razão.

Nós, representantes políticos do Paraná, temos uma responsabilidade, temos que, além de apontar, temos que criar um caminho novo; somos autoridade, recebemos confiança, só o Deputado Alborghetti recebeu mais que 80 mil votos, o Partido dos Trabalhadores fez 110 mil votos no Paraná, que eu represento aqui nesta Assembleia, outros Parlamentares fizeram menos, mas estão aqui representando parcela da população paranaense, eleitos por qualquer Partido, mas aqui estão.

Eu acho, caro companheiro Alborghetti, que nós mesmos temos uma tarefa muito importante, que é criar um caminho novo, temos que começar a bater no peito e não ter vergonha de dizer que somos do PT, ou que somos do PMDB, ou que somos do PDC, ou que somos do PFL, ou que somos do PDS. Temos que assumir aquilo que somos e dizer o porquê.

Agora nós estamos num momento eleitoral, estamos vendo síndrome da demagogia, está todo mundo contra o Sarney, contra o PMDB. Estive no interior, visitei 21 municípios do Sudoeste do Paraná, nossa região, neste final de semana. Em todos os lugares que estive, a população pressionando o Deputado: "Deputado, fale no comício, o PMDB está falando, o fulano está falando que o culpado é o Sarney, que o município não tem nada com o Sarney. Como, mas que história é essa?" Agora não tem nada com o Sarney? Quando era para votar 5 anos, aí tinha, quando foi hora de eleger o colégio eleitoral, de aprovar o Plano Cruzado, aí tinha que haver, sim! Agora não? Vamos olhar os nossos políticos, os nossos companheiros, nobre Deputado.

Onde está o Senador José Richa, que fez crescer o PMDB, que colocou o Sarney no Poder, junto com Tancredo Neves, onde está ele? Está contra o PMDB, está contra o Sarney. Onde está o Senador Affonso Camargo, que fez crescer o PMDB, que fez crescer esse poder que aí está, que deu sustentação até ontem? Também está contra o PMDB, contra o Sarney. O Senador Mário Covas, o nosso Deputado da região, que eu tive a oportunidade de votar nele, Euclí-

des Scalco, que ajudou a construir esse poder aí, desde lá dos municípios, chegou a ter a maioria dos Vereadores, a maioria dos Prefeitos, a maioria dos Deputados, a maioria dos Governadores, a Presidência da República. O que estão falando agora? Agora são oposição, agora o Sarney é o culpado e agora o PMDB é o culpado.

Por isso, nobre Deputado e nobre colega, temos que nos preocupar.

Quero estabelecer aqui, deixar público um alerta. Um alerta que quero me referir a um ditado popular no meio dos agricultores. Para quem conhece a agricultura na sua prática, conhece esse ditado também. Diz o seguinte: "Cachorro que come ovo, cachorro comedor de ovo trocar de nome, ele não vai perder o vício". A mesma coisa é na política, nobre colega Parlamentar, a mesma coisa é nos partidos, forças políticas ou pessoas, não importa, que exerceram o Poder e não tiveram a competência de resolver, não adianta trocar de Partido. Temos que buscar caminhos novos, temos que construir o nosso futuro e nós, como Parlamentares, temos responsabilidades, sim. A sua preocupação procede e temos que arrancar os nossos últimos cabelos para que o nosso futuro seja melhor do que o presente e do que o passado.

Muito obrigado.

O Sr. Nereu Massignan - Eu me inscrevo, já que Vossa Excelência tem 14 minutos, e apenas para fazer algumas referências em relação ao pronunciamento do Deputado Pedro Tonelli.

Na verdade, o debate seria com Pedro Tonelli, mas Vossa Excelência com sua bondade e gentileza assim me permitem; quando o Deputado Pedro Tonelli aborda as questões das Lideranças de José Richa e Euclides Scalco, faz uma abordagem injusta quando coloca no mesmo nível, na questão do poder atual e da Constituinte.

Começaria pelo final, quando diz o Deputado Pedro Tonelli, que as pessoas que exerceram o poder e por isso devem pagar pela sua presença no poder... Eu acho que as coisas não são tão simples assim. Afinal de contas essas pessoas, Richa e Scalco, a nível nacional, não deixaram terra arrasada. Muito pelo contrário, e eu não vou adentrar nesses aspectos.

Gostaria de lembrar apenas ao Deputado Pedro Tonelli, que o Deputado Scalco, José Richa, Maurício Fruet, Waldyr Pugliesi, Hélio Duque e tantos outros do PMDB do Paraná, votaram quatro anos para o Presidente Sarney. A bancada do PT votou cinco anos de mandato de Presidente e optou pelo Presidencialismo; e, juntos com todos os Deputados que apóiam o Governo Sarney.

Então, cobrar coerência, precisa ter coerência. As coisas não são tão simples

assim na política, Deputado Alborghetti, meu companheiro Pedro Tonelli, se Vossa Excelência pretende culpar o Vereador do PMDB de Capanema pelo desgoverno de Sarney, Vossa Excelência comete uma injustiça, porque ele é pequeno proprietário, tanto quanto o senhor, porque ele é um sofrido desta política agrícola tanto quanto o senhor, e se Vossa Excelência pretende generalizar o PMDB como um monte de capachos, defensores do Governo Sarney, comete uma injustiça, porque Vossa Excelência não quer reconhecer que existem duas correntes no PMDB, e o PMDB contribuiu para muita coisa e muita mudança nesta Constituinte. Esta parcela do PMDB, que tem condições de chegar no Sudoeste e pedir voto para os companheiros do PMDB, mesmo não pertencendo mais ao Partido, como é o caso do companheiro Euclides Scalco.

As coisas não são tão simples assim, Deputado Pedro Tonelli, porque Vossa Excelência teve companheira, que foi Prefeita no Ceará, em Fortaleza, e então é preciso que Vossa Excelência aponte as pessoas que exerceram o poder no seu Partido, e não foram tão perfeitas assim.

Como não foi o Prefeito de Diadema, como certamente não serão os prefeitos que Vossa Excelência elegerá no dia 15 de novembro, porque, se o PT é a perfeição política, é um ideal consagrado da realidade, se o PT for o instrumento de transformar este País no paraíso, então não somos humanos.

Fiz este aparte, Deputado Alborghetti, para colocar as coisas rapidamente, nos seus devidos lugares. Era necessário um debate mais aprofundado sobre isto. Mas pretendo me aprofundar sobre isto numa outra oportunidade.

Muito obrigado.

O Sr. Raul Lopes - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento)

Antes, queria também me dirigir ao Deputado Tonelli, mas o faço de uma forma lacônica, fazendo minha a sustentação do companheiro Nereu, nas acusações que o prezado companheiro fez ao PMDB; de sorte que não vou repetir e agradeço, se me permite, companheiro Nereu, aproveitar desse gancho, fazer minha a sua sustentação.

Volto ao companheiro Alborghetti para dizer o seguinte: no que diz respeito às transferências de soldados, qualquer policial militar de uma unidade para outra, isto significa, lá na Vila Militar, movimentação de uma unidade para outra, o código de vencimentos e vantagens da Polícia Militar lhe dão o direito de ser agraciado, indenizado nas suas despesas. Se isto não ocorre, é por falta de recursos, não é porque alguém está falhando no sentido de

aumentar.

Quero, mais uma vez, pedir ao companheiro pelo papel que vem desenvolvendo nesta Casa e no seu programa que nos ajuda a sustentar, sensibilizando todos quem assim tem o direito para melhorar e apressar de imediato os vencimentos da Polícia Militar, e posso até dizer do sistema de Segurança Pública. Está se arrastando há mais de um ano e não pode continuar como está.

Peço ao companheiro que o faça com bastante veemência, como o vem fazendo nesta tribuna.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Para finalizar, quanto ao pronunciamento do Deputado Pedro Tonelli, ele falou uma palavra muito bonita: novo caminhar ou uma porta da esperança, eu não sei qual é a palavra.

Por favor, repita. Uma nova esperança, não é? Nós deveríamos ter uma nova esperança?

O Sr. Pedro Tonelli - Traçar um novo caminho.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Traçar um caminho novo.

Eu confesso aos senhores que rodei o Paraná inteiro com Richa, com Álvaro, fiz comício para o Deputado Euclides Scalco. Eu era o apresentador, corria este Paraná inteiro, até que um dia eu falei: "Agora quero ser Deputado".

Tenho grandes companheiros no PMDB, grandes companheiros de ideais, aprendi com alguns companheiros do PMDB que o político tem que servir, tem que lutar, seja ele do PT, com todo o respeito ao Deputado Pedro Tonelli, ao do PDT, Basílio, do PTB, do Deputado Erondy. É uma sigla partidária, cada sigla tem a sua filosofia de trabalho, não é, Deputado Nereu?

Penso dessa maneira.

Aprendi muito com esses companheiros do PMDB, aprendi muito. Aprendi que temos que lutar, temos que gritar. Temos que dar alguma coisa, mesmo que venhamos a sentir a dor.

E, nesta tarde eu estou aqui, pedindo algo aos senhores, estou pedindo - se os senhores me permitem, que os senhores aprovem amanhã este projeto, Deputados Nereu Missignan, Pedro Tonelli, Basílio Zambasso, Nelson Vasconcellos, Raul Lopes, estou pedindo que os senhores me ajudem a aprovar em última discussão este projeto, porque vai dar à minha cidade um grande complexo policial. Como isso aqui para mim é uma vida, Deputado Pedro Tonelli.

Há anos, antes de ser vereador, venho gritando na televisão e no rádio, pedindo pelo amor de Deus, que acabem com aquela

violência do centro da cidade, da minha cidade, Londrina, que se construa um complexo policial condizente com a realidade da minha cidade.

Então quero, amanhã, que os senhores aprovem este projeto, porque se os senhores o aprovarem, Londrina terá um dos mais modernos complexos policiais do Brasil. Mas não quero isso só para minha cidade, quero novos complexos para Curitiba, para Maringá, para o Sudoeste, para o Oeste, quero para Nova Esperança, apesar de que Nova Esperança tem uma boa delegacia. Estive lá e vi. Quero para Paranavaí, para a região do Dr. Nelson Vasconcellos.

Então, concordo com o senhor, Deputado Nereu, e concordo com o novo caminhar do Deputado Pedro Tonelli, como concordo com as suas idéias, como concordo com as do Deputado Raul Lopes, porque ele tem um ideal de lutar por melhores salários.

Nós temos que ter ideais, tanto na área da Educação, como nas áreas de Saúde, Segurança, Agricultura. Acho que estamos aqui, viemos para cá e não devemos temer ninguém. Cada qual dos senhores tem um ideal. Eu também tenho o meu ideal. O meu ideal é lutar, não só por um município, mas por todos os municípios do Paraná, por todos, desde que aqui cheguem projetos de relevância e que vão de encontro à família paranaense.

Então, gostaria ao finalizar, que os senhores me ajudassem a construir esse complexo policial e na inauguração gostaria que toda a Assembléia Legislativa estivesse presente, para comemorar.

O que poderia dizer, Senhores Deputados, comemorar talvez o nascimento da segurança pública na minha cidade. Nós vamos comemorar isso, o nascimento da segurança pública na minha cidade, sendo que nós temos um excelente Batalhão da Polícia Militar em Londrina, Coronel Raul Lopes, aquilo lá é um modelo, não quero nem que mexa, nós precisamos é dar, injetar dinheiro lá dentro, dinheiro, viaturas e melhores salários para os policiais, enfim dotar o complexo da Polícia Militar de melhores subsídios, mas eu queria que esse projeto, senhores, acreditem, esse projeto aqui, Londrina vai ter um dos grandes complexos policiais do Paraná e se os senhores aprovarem esse projeto, que eu acredito que será aprovado, porque é uma permuta. Nós vamos aprovar este projeto para que nasça a segurança pública na minha cidade.

O Sr. Raul Lopes - Companheiro Alborghetti, eu vou votar a favor do seu projeto. Antes de nós terminarmos, gostaria de dar uma lida rapidamente, para entender o que era o complexo, enfim o que está sintetizado, mas vou votar porque conheço as suas intenções, as suas aspirações, as suas

idéias e tenho certeza que deva ser muito bom, é indiscutível.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Vai ser a delegacia de polícia, vai ser a cadeia pública estamos fazendo o Instituto Médico Legal. O prefeito Wilson Moreira ajudou a fazer porque ele é engenheiro, ajudou a elaborar este projeto, estivemos várias vezes na Secretaria de Segurança, tiramos ali algumas coisas que iriam onerar muito o Estado e simplificamos, mas o Senhor conhece o da Rua Sergipe, aquele museu ali tem que acabar, não pode mais ficar ali, tem que acabar, nós temos que transformar aquilo lá em alguma coisa de cultura para o Município, temos que aproveitar o prédio, transformá-lo em alguma coisa de utilidade, principalmente aos jovens da minha cidade que estão carente de cultura, de muita coisa, e este complexo será quase próximo do Batalhão de Polícia Militar, então será ali, já teremos a Polícia Militar e já teremos a Polícia Civil. Será um pouco longe da cidade, mas pelo menos teremos mais garantia para os presos ali dentro do novo presídio e tirar aquele presídio dali, porque se comporta 60 presos, Deputado Raul Lopes, ali tem 200 presos, não dá mais.

O Sr. Nêvo Beraldin - Vossa Excelência permite-me um aparte? (Assentimento)
Deputado Alborghetti, eu quero dizer, quero agradecer o aparte que me cede neste momento, aliás é a primeira vez que me manifesto dentro desta Casa de Leis, a qual tenho a grande honra de fazer parte junto com essas brilhantes Deputados e conviver e aprender muito, e aprender muito inclusive na tarde de hoje, porque vejo o brilhante discurso que faz aqui Vossa Excelência, defendendo com muito amor, muito carinho e com muita dedicação e vontade de servir o seu Estado.

Quero lhe dizer que o seu trabalho, que vem prestando na televisão do Paraná e na Assembleia Legislativa, é um trabalho que honra a todos nós paranaenses e acima de tudo aos Deputados desta Casa.

Meus parabéns e desde já posso lhe assegurar o meu voto para que este sonho seja realizado.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Só para finalizar Senhor Presidente gostaria também de pedir, já que isto aqui não é um pronunciamento, nós estamos aqui mais divagando e conversando, gostaria de pedir ao Deputado Nereu Carlos Massignan:

Deputado, na Nova Constituinte que vem aí, nós temos uma série de sonhos e idéias, uma delas o Senhor não concorda comigo porque eu sou a favor da pena de morte, mas é direito, eu respeito a sua

maneira de pensar, respeito, mas eu vivo a área, porque veja bem.

Pedro Tonelli, um cidadão aí pegou um avião da VASP, matou um co-piloto aqui de Curitiba e queria matar pessoas inocentes dentro do avião jogando em cima do Palácio.

Agora, se isto aí fosse válido, porque ele estava nervoso com o Presidente Sarney, coitadinho, ele estava revoltado, ele queria matar todo mundo no Palácio e matar todo mundo no avião. Se isto for verdade a Favela da Rocinha vai matar todo mundo em Copacabana e Ipanema. Ora! Isto é brincadeira.

Então, eu sou a favor da pena de morte em determinados itens para o sequestrador como este que matou o co-piloto que a família está sofrendo em Curitiba, sou a favor da pena de morte para o traficante de drogas que está assassinando e violentando os filhos de Curitiba, os filhos do Paraná, sou a favor da pena de morte na câmara de gás. Vou mais longe: sou a favor para o latrocidário, aquele que entra dentro da sua casa, violenta, assassina a sua família e depois vai embora. E agora na nova Constituinte, Deputado Nereu, só pode ser preso em flagrante. Quer dizer o marginal entra dentro de uma casa e estupra uma senhora, ele só pode ser preso se estiver dentro da casa. Se ele sair e rodar dois quarteirões vai ter que ir buscar a ordem lá no juiz, para depois ir prender o homem. O homem, Deputado Nereu, ele não é preso, tá, não é preso!

Mas eu gostaria, só para finalizar, muito obrigado pela paciência do meu grande Líder Presidente desta grande família, Annibelli, o problema da inconstitucionalidade. Pelo amor de Deus! Vamos ver se poderemos acabar com isto para colocarmos as nossas idéias para este Paraná, né? Nascer este Paraná, florir este Paraná com tantas idéias maravilhosas que vá de encontro à família paranaense.

Muito obrigado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem)- Pela aparência este Plenário não tem "quorum". Eu exijo chamada nominal, verificação de "quorum" para percebermos se há possibilidade legal de continuarmos a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Vossa Excelência exigir não pode, mas pode solicitar.

Esta Presidência, devido à evidente falta de "quorum", atendendo sua solicitação, encerra esta Sessão por falta de número mínimo de Parlamentares em Plenário.

Sobre a mesa, requerimento de nº 462, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfria.

natô, constantes do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 444, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 446, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 447, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 449, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 451, de autoria do Sr. Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. - Aprovado. À Diretoria Legis-

lativa.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

3.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 232/87, 68, 87, 98, 141, 143, 163, 167, 207 e 262/88.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei n° 07/88.

1.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n° 263/87, 165/88 e dos Projetos de Resolução n° 64 e 65/88.

Levanta-se a sessão.

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO - COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
BALANCE DO MES DE AGOSTO DE 1988

ATIVO

DISPONÍVEL

201.10 - Tesouraria 1.015.303.438,73

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

202.11 - Pessoal Civil 791.565.224,54
202.12 - Obrig. Patronais 70.897.119,47
202.21 - Mat. de Consumo 39.356.818,03
202.22 - S. T. e Encargos 355.490.252,37
202.23 - Desp. do Exerc. Ant. 586.888,48
202.31 - Sub. Sociais 83.700.000,00
202.41 - Inativos 321.277.306,97
202.42 - Pensionistas 25.582.208,30
202.43 - Salário Família 2.850.414,41
202.44 - Apoio Financ. a Est. -0-
202.45 - Assist. Méd. Hosp. 3.328.000,00
202.46 - Out. Transf. a Pessoas 387.626,81
202.51 - Obras e Instalações -0-
202.52 - Equip. e Mat. Perm. 8.249.778,06
1.703.271.637,44

CONTAS PENDENTES

203.11 - Desp. Diferida -0-
203.12 - Out. Cont. Pend. -0-
203.13 - Div. Responsáveis 402,68
402,68

EXERC. DESP. EXTRA ORÇAMENTÁRIA

204.11 - Receita Patrimonial 99.439.865,05
204.12 - Outras -0-
2.818.015.343,90

TOTAL DO ATIVO 8.818.015.343,90

PASSIVO

LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS

PESSOAL

211.11 - Pessoal Civil 893.568.000,00
211.12 - Obrig. Patronais 116.900.000,00
211.13 - Inativos 376.527.000,00
211.14 - Pensionistas 30.486.000,00
211.15 - Salário Família 3.529.000,00
211.16 - Out. Transf. Pessoas 713.000,00
1.421.713.000,00

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

211.21 - Mat. de Consumo 36.017.000,00
211.22 - S. T. e Encargos 285.417.000,00
211.23 - Desp. do Exerc. Ant. 525.000,00
211.24 - Sub. Sociais 97.200.000,00
211.25 - Apoio Financ. Est. -0-
211.26 - Assist. Méd. Hosp. 3.328.000,00
422.487.000,00

CAPITAL

211.31 - Obras e Instalações 5.000.000,00
211.32 - Equip. Mat. Perm. 6.000.000,00
11.000.000,00

CREDITORES

212.10 - Desp. Empenhada 59.770.484,72
213.10 - Desp. Processada 48.802.451,19
213.20 - Folha de Pagamento 3.454.005,05
213.30 - Restituições 92.396,09
112.119.337,05

CONTAS PENDENTES

215.10 - Out. Cont. Pendentes 123.574,66
215.11 - Ext. dos Centavos -0-
-0-

RESTOS A PAGAR

216.10 - Empenhadas 813.684,22
216.20 - Processadas 128.140,50
216.30 - Cred. em Consignações 454,16
216.40 - Proc. Fol. Pagamento -0-
942.278,88

CREDITORES DIVERSOS

217.10 - Consignações 33.325.422,47
33.325.422,47

RECEITA PATRIMONIAL

218.10 - Rec. de Aplicações 816.304.730,84
218.11 - Rec. Diversas -0-
816.304.730,84

TOTAL DO PASSIVO 8.818.015.343,90

DIRETORIA DE APOIO TÉCNICO - COORDENADORIA DE CONTABILIDADE
BALANÇOTE DO MÊS DE SETEMBRO DE 1988

ATIVO

DISPONÍVEL

201.10-Tesouraria 1.355.177.681,73

EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA

202.11- Pessoal Civil 977.217.959,59
202.12 - Oブリ. Patronais 85.229.220,40
202.21 - Mat. de Consumo 41.166.243,73
202.22 - S. T. e Encargos 438.531.616,75
202.23 - Desp. do Exerc. Ant. 586.888,48
202.31 - Sub. Sociais 108.000.000,00
202.41 - Inativos 402.584.326,09
202.42 - Pensionistas 32.298.945,52
202.43 - Salário Família 3.589.530,21
202.44 - Apoio Finance. a Est. -0-
202.45 - Assist. Méd. Hosp. 5.328.000,00
202.46 - Out. Transf. a Pessoas 436.423,15
202.51 - Obras e Instalações -0-
202.52 - Equip. e Mat. Perm. 4.406.756,06
2.099.375.909,98

CONTAS PENDENTES

203.11 - Desp. Diferida -0-
203.12 - Out. Cont. Pend. -0-
203.13 - Div. Responsáveis 402,68
402,68

EXERC. DESP. EXTRA ORÇAMENTÁRIA

204.11 - Receita Patrimonial 113.266.264,73
204.12 - Outras -0-
113.266.264,73

TOTAL DO ATIVO.....3.567.820.259,12

DIRETOR DE APOIO TÉCNICO

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO"

em 04 de OUTUBRO de 1988

COORDENADORIA DE CONTABILIDADE

PASSIVO

LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS

PESSOAL

211.11 - Pessoal Civil 1.128.508.000,00
211.12 - Oブリ. Patronais 123.100.000,00
211.13 - Inativos 494.327.000,00
211.14 - Pensionistas 38.136.000,00
211.15 - Salário Família 3.929.000,00
211.16 - Out. Transf. Pessoas 713.000,00
1.786.713.000,00

OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO

211.21 - Mat. de Consumo 42.217.000,00
211.22 - S. T. e Encargos 366.117.000,00
211.23 - Desp. do Exerc. Ant. 825.000,00
211.24 - Sub. Sociais 108.000.000,00
211.25 - Apoio Finance. Est. -0-
211.26 - Assist. Méd. Hosp. 5.328.000,00
522.487.000,00

CAPITAL

211.31 - Obras e Instalações 6.316.000,00
211.32 - Equip. Mat. Perm. 9.684.000,00
16.000.000,00

CREDORES

212.10 - Desp. Empenhada 41.587.939,03
213.10 - Desp. Processada 82.892.979,17
213.20 - Folha de Pagamento 4.403.213,14
213.30 - Restituições 92.396,09
128.976.527,43

CONTAS PENDENTES

215.10 - Out. Cont. Pendentes 123.574,66
215.11 - Ext. dos Centavos -0-
123.574,66

RESTOS A PAGAR

216.10 - Empenhadas 813.684,22
216.20 - Processadas 128.140,50
216.30 - Cred. em Consignações 454,16
216.40 - Proc. Fol. Pagamento -0-
942.278,88

CREDORES DIVERSOS

217.10 - Consignações 32.104.830,65
32.104.830,65

RECEITA PATRIMONIAL

218.10 - Rec. de Aplicações 1.080.473.047,50
218.11 - Rec. Diversas -0-
1.080.473.047,50

TOTAL DO PASSIVO 3.567.820.259,12